

Sucessão de 2002 explica generosidade com ACM

CHRISTIANE SAMARCO
e EUGÉNIA LOPES

BRASÍLIA – São as conveniências pessoais e a sucessão presidencial de 2002 que explicam a “generosidade” do governador tucano do Ceará, Tasso Jereissati, do candidato do PPS ao Palácio do Planalto, Ciro Gomes, e até do presidente do Senado, Jader Barbalho (PA), no julgamento do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Ao mesmo tempo que Tasso e Ciro defenderam a tese de que a pena máxima da cassação do mandato de ACM é desproporcional ao delito da violação do painel de votação do Senado, Jader abriu espaço às articulações em defesa do senador baiano, ao estabelecer prazo de 15 dias para que a Mesa Diretora do Senado manifeste-se sobre a abertura ou não de um processo contra o infrator.

Aliança – Diante dos resultados das convenções estaduais do PMDB em todo o Brasil, consolidando a candidatura própria do partido na corrida presidencial, Tasso convenceu-se de que seu PS-

DB vai acabar repetindo a aliança com o PFL em 2002, deixando os peemedebistas de fora. E, depois de anunciar sua disposição de disputar a convenção nacional tucana que vai escolher o candidato do partido ao Planalto em 2002, nada mais natural para Tasso do que tentar preservar seu maior aliado no PFL. “Com ACM fora do processo, o Tasso perdeu a interlocução com a cúpula pefelista”, resume o vice-governador do Ceará, Beni Veras (PSDB).

Um importante cardeal do PPS destaca que Ciro pode até ir na contramão do próprio partido, já que os socialistas pregam oficialmente a cassação de ACM, mas admite que ele e Tasso sempre caminham na mesma direção. “O Tasso está querendo ser a cara da unidade da aliança PSDB-PFL”, completa um dirigente nacional do PSDB. Segundo ele, seja quem for o candidato do Ceará na corrida presidencial, o fato é que qualquer um dos dois precisará de ACM para entrar na Bahia, o grande líder do quarto maior colégio eleitoral do País.